



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público

# Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público *RCPG*

4º Trimestre/2018

Brasília, DF.

**RCPG-2018**



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

**MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Blairo Borges Maggi

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Eumar Roberto Novacki

**DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

Marcus Vinicius Severo de Souza Pereira

**COORDENADOR DE CONTABILIDADE**

Alberto Jeronimo Pereira

**EQUIPE TÉCNICA**

**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL**

José Calazans dos Santos

Alexandra Holanda Jaber

Divino Lúcio de Almeida

Jaqueline Pereira de Faria Silva

José Maria Magalhães Dias

Mauricio Teixeira de Sousa

Norma de Deus e Costa

Renata de Oliveira Pinheiro

**DIVISÃO DE TOMADA DE CONTAS**

Alan Rodrigues Pinheiro

Maria de Fátima Álvares Duarte



## Sumário

Contexto Operacional.....	07
Declaração do Contador .....	08
Notas Explicativas .....	09
1 - Base de Preparação das Demonstrações .....	09
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis .....	09
3 – Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis ....	12
4 – Mudanças de Estrutura Administrativa .....	12
5 – Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis .....	13
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar .....	18
Nota nº 002 – Obrigações Contratuais .....	20
Nota nº 003 – Provisões .....	22
Nota nº 004 – Imobilizado .....	24
Nota nº 005 – Intangível .....	29
Nota nº 006 – Investimentos .....	31



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

## Lista de Siglas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGE	Assembléia Geral Extraordinária
AGU	Advocacia Geral da União
BB	Banco do Brasil
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT-DA	Coordenação de Contabilidade/MAPA
CCONT/STN	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGOEF	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COFIN	Coordenação-Geral de Programação Financeira
DAF/Embrapa	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém/PA
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
GF	Gestor Financeiro
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás
LANAGRO/MG	Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS	Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OD	Ordenador de Despesas
OGU	Orçamento Geral da União
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PF	Programação Financeira
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre
SFA/AL	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas
SFA/AP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SFA/CE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
SFA/DF	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
SFA/ES	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
SFA/MA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
SFA/MS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul
SFA/MT	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso
SFA/PA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
SFA/PR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia
SFA/RR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul
SFA/SC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
SFA/SP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SMC	Secretaria Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

## Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável por gerir as políticas públicas que estimulam à agropecuária, pelo apoio ao agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Mapa busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de quatro secretarias, 27 superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas vinculadas, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e o Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são empresas públicas que atuam sobre ingerência e coordenação do Mapa. Também são entes descentralizados do ministério, organizados sobre a forma de sociedades de economia mista, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (Ceasa/MG), a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemg) e a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Além disso, o ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

O Mapa é organizado em secretarias, responsáveis pelos diferentes setores do agronegócio nacional, são elas:

- a) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- b) Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo – SMC;
- c) Secretaria de Política Agrícola – SPA; e
- d) Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

## **Declaração do Contador:**

O Contador Geral responsável pelo Mapa o qual está à frente da Coordenação de Contabilidade (CCONT) sob a gerência do Departamento de Administração (DA) considerando que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Demonstrações das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MAPA, exceto no tocante as ressalvas apontadas na conformidade contábil do mês de dezembro.

Dentre outras as distorções mais relevantes em nível do Ministério são:

- a) No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, Conab e Embrapa, existem estas provisões e as demais;
- b) No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, são eles:
  - i. Sistema ASI da Linkdata utilizado nas Superintendências Federais (SFA) e nos Laboratórios Nacionais Agropecuário (Lanagro);
  - ii. Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
  - iii. Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades.

A STN divulgou no II Encontro com as Setoriais de Contabilidade, realizado no mês de agosto/2017 que a partir de 2019 todo controle patrimonial na Administração Pública Federal passará a ser administrado pelo SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços sob a gestão da própria STN;
- c) Os bens intangíveis de Vida Útil Indefinida (não amortizáveis) existentes no Ministério e na Companhia Nacional de Abastecimento não estão sendo testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, para que se justifique a permanência dos mesmos em Vida Útil Indefinida, do contrário deveriam ser remanejados para Vida Útil Definida de forma prospectiva. Estes testes não foram efetuados;
- d) No 2º trimestre/2018 o Lanagro/PA por meio de contrato com a Linkdata, procedeu a inclusão de todos os bens existentes fisicamente no Laboratório, já devidamente reavaliados/reduzidos ao valor recuperável.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

## Notas Explicativas:

### 1. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis**, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõe as principais Demonstrações Contábeis do Mapa o Balanco Orçamentário (BO), o Balanco Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

### 2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Apresentamos em sequência os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do Mapa, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

#### a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo Mapa e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real. Caso haja algum saldo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

#### b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicados, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

No MAPA o encerramento do exercício de 2018 apresentou o valor de R\$ 3.932.728 (três bilhões, novecentos e trinta e dois milhões e setecentos e vinte e oito mil reais) destacando o valor de R\$ 2.917.660 (dois bilhões, novecentos e dezessete milhões e seiscentos e sessenta mil reais) em Recursos da Conta Única Aplicados pelo Fundo de Defesa da Economia Cacauera).

#### c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- i. créditos tributários;
- ii. créditos não tributários;
- iii. dívida ativa;
- iv. transferências concedidas;
- v. empréstimos e financiamentos concedidos;
- vi. adiantamentos; e
- vii. valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Destacando no âmbito do MAPA, especificamente, na CONAB, o valor de R\$ 15.297 (quinze milhões, duzentos e noventa e sete mil reais) referente a Clientes – Faturas/Dupl. a Receber – Prestação de Serviço.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

d. Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MAPA a CONAB possui estoque de R\$ 508.596 (quinhentos e oito milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais) de Mercadorias em Armazéns de Terceiros.

e. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- i. créditos tributários;
- ii. créditos não tributários;
- iii. dívida ativa;
- iv. empréstimos e financiamentos concedidos;  
O FUNCAFE apresenta R\$ 5.066.253 (cinco bilhões, sessenta e seis milhões e duzentos e cinquenta e três mil reais) decorrentes de empréstimos concedidos a entidades financeiras; e
- v. estoques.  
Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. No MAPA não há estoques no Ativo Não Circulante.

f. Investimentos

São compostos por:

- i. participações permanentes;
- ii. propriedades para investimento; e
- iii. demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

No âmbito do MAPA somente a Embrapa possui participações permanentes (MEP), com o devido registro da Provisão para Perdas Prováveis.

g. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

No encerramento do exercício o MAPA possui o valor líquido de R\$ 4.368.573 (quatro bilhões, trezentos e sessenta e nove milhões de reais) onde 77,14% está concentrado na Administração Direta e 22,86% na Administração Indireta.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

### h. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No MAPA o Intangível bruto é de R\$ 60.356 (sessenta milhões, trezentos e cinquenta e seis mil reais) dos quais R\$ 40.136 (quarenta milhões, cento e trinta e seis mil reais) já amortizados.

### i. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Móveis perfazem o valor de R\$ 902.429 (novecentos e dois milhões, quatrocentos e vinte e nove mil reais) onde 70,30% desse valor está concentrado na Embrapa.

### j. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Imóveis perfaz o valor de R\$ 437.299 (quatrocentos e trinta e sete milhões, duzentos e noventa e nove mil reais) onde 46,45% desse valor está concentrado na Embrapa e 46,23% estão registrados na CONAB.

### k. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. empréstimos e financiamentos;
- iii. fornecedores e contas a pagar;
- iv. obrigações fiscais;
- v. obrigações de repartições a outros entes;
- vi. provisões; e
- vii. demais obrigações.

No MAPA o Passivo Circulante no total de R\$ 2.537.106 (dois bilhões, quinhentos e trinta e sete milhões, cento e seis mil reais) está concentrado na CONAB onde 63,25% desse valor refere-se a Débitos de Operações Especiais.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

I. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do MAPA não há empréstimos e financiamentos internos e externos.

m. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- i. riscos trabalhistas;
- ii. riscos fiscais;
- iii. riscos cíveis;
- iv. repartição de créditos tributários;
- v. provisões matemáticas; e
- vi. outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

No âmbito do MAPA só há registros de provisões na Embrapa e CONAB.

**3. Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis**

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis ocorridas neste trimestre.

**4. Mudanças de Estrutura Administrativa**

- a. Em 2016 a Lei nº 13.266/2016, transfere as atividades de pesca e aquicultura ao Mapa e com o Decreto nº 8.711 altera a estrutura do Mapa quando é criada a Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- b. Em 2017 a MP nº 782/2017 transfere as funções de pesca e aquicultura do Mapa para o MDIC;
- c. Ainda em 2017 o Decreto nº 9.029 extingue a Secretaria de Aquicultura e Pesca no Mapa e a cria no MDIC;
- d. O Decreto nº 9.067/2017 estrutura o MDIC já contendo a Secretaria de Aquicultura e Pesca, assim como as demais alterações estruturais;
- e. Em 1º de novembro/2017 é publicada a Lei nº 13.502 pela conversão da MP nº 782, em que altera novamente a estrutura do Mapa, somente quanto a CEPLAC que antes era DEPARTAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA ligado à Secretaria Executiva e passa a ser somente COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Aguarda-se a normatização por Decreto.
- f. Foi criada a Unidade Gestora SMC/MAPA - CEF secundária da Unidade Gestora SMC/MAPA para as operacionalizações dos contratos de repasse da Caixa Econômica Federal previstas na IN/MP nº 02/2018.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

**5. Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis**

**1. Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:**

- a) No subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” o Órgão do FUNCAFE obteve uma variação diminutiva de **(9,35) %**, na conta contábil “CTU – Recursos da Conta Única aplicados”, referindo-se aos registros de aplicações de recursos da Conta Única (CTU) em processo de aplicações e resgates pelo Fundo de defesa da Economia Cafeeira;
- b) No subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” a variação diminutiva ocorreu nos Órgãos da Conab e do Funcafé onde se destacou neste último o registro duplicado da devolução de despesas no valor de **(R\$ 62.954.677,42)**. Portanto, não existia crédito e Valores a receber no curto prazo no exercício de 2017, mas um registro indevido que foi corrigido no exercício de 2018.
- c) No subgrupo “Estoques” Destaque a variação diminutiva no Órgão da CONAB referente a venda de milho no programa de venda em leilão e balcão;
- d) No subgrupo “Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) Pagas Antecipadamente” ocorreu decréscimo de **(75,20) %** decorrente da amortização de despesas pagas antecipadamente na Embrapa e CONAB por pagamentos antecipados referente a título de prêmios de seguros, assinaturas e anuidades.

**2. Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:**

- a) Os “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” apresentaram um acréscimo de 16,92%, no Órgão do Funcafé, pois ocorreu uma ampliação de cerca de 3,5% no valor disponível para financiamentos em 2018, com base na Ação 0012 – Financiamentos ao Agronegócio Café e Resolução nº 4.464/2018, do Banco Central;
- b) Os “Investimentos” são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- c) O “Imobilizado” do Mapa é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- d) O “Intangível” do Mapa é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

**3. Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:**

- a) As “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” a variação aumentativa de 130%, destacou-se na rubrica “Pessoal a Pagar”, os valores permaneceram na conta em dezembro de 2018, em razão de problemas na execução da nova rotina de Ordens Bancárias implementadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, mas regularizada em 02/01/2019, com a emissão novas Ordens Bancárias.
- b) Os “Fornecedores e Contas a Pagar” são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 001 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- c) As “Provisões de Curto Prazo” do Mapa são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- d) As “Demais Obrigações a Curto Prazo” As variações diminutivas se destacaram-se nos Órgãos do Mapa, Conab e Funcafé. No Mapa a redução expressiva ocorreu na Unidade Gestora da Caixa Econômica Federal, pois a maioria dos CONVÊNIOs executados por meio de Emendas Parlamentares foram pagas no Exercício 2018 e no exercício anterior os valores a pagar se escreveram em Resto a Pagar. No Funcafé os destaques são nos Empréstimos e Financiamentos a liberar e Subvenções a Pagar, sendo que o primeiro diminuiu 100%. A EMBRAPA teve uma variação aumentativa na ordem de 177%, basicamente, relacionada ao não recolhimento dentro do mês de dezembro das consignações em folha de pagamentos tais como: Pensão Alimentícia, Plano de Previdência e Assistência Médica, Cooperativas e Empréstimos Consignados. Os valores, na sua maioria, não foram pagos dentro do exercício devido a problemas técnicos na implantação das novas regras para geração de ordem bancária.

**4. Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:**

- a) As “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo” se apresenta com um decréscimo de 99,93% decorrente de remanejamento na Embrapa para o curto prazo em virtude de quitação da dívida de INSS-Débito Parcelado junto à Receita Federal do Brasil.
- b) O subgrupo “Demais Obrigações a Longo Prazo” teve variação diminutiva de **(98,87) %** na conta contábil “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” os valores foram incorporados ao Capital Social em 31 de agosto de 2018, conforme decisão da 3ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/08/2018. O saldo de R\$ 31.322.684,15 apresentado em 31 de dezembro refere-se à atualização dos meses de junho a dezembro que será incorporado ao Capital Social no próximo Exercício.
- c) As “Provisões de Longo Prazo” do Mapa são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

**5. Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:**

- a) O “Patrimônio Social e Capital Social” destacou-se uma variação positiva de **795,76 %**, tendo em vista incorporação do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, conforme decisão da 3ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/08/2018

**6. Balanço Patrimonial – COMPENSAÇÕES:**

- a) As Obrigações Contratuais que fazem parte das Compensações são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 002 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

**7. Balanço Orçamentário – RECEITAS:**

- a) Para o exercício de 2018, no orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a receita foi estimada em R\$ 1.719.478.462,00, considerando-se todas as fontes de recursos, exceto a 100. Até o 4º trimestre, do montante estimado, foi arrecadado o correspondente a 22,62% (R\$ 389.027.666,00), incluído o valor de R\$ 66.571,25, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa, que não consta do Relatório "BO - Receitas - Órgão Superior".
- b) Inconsistências detectadas no Relatório "BO - Receitas - Órgão Superior":
- não consta o valor de R\$ 66.571,25, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa;
  - a Unidade Orçamentária (UO) "74901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé – MAPA" faz parte do Órgão "74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC" e não do Órgão 22000;
  - a UO "98000 – Receita do Tesouro da União" não é do Órgão 22000; e
  - a UO "22212 – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP" faz parte do Orçamento de Investimento.

**8. Balanço Orçamentário – RECEITAS CORRENTES:**

- a) Nas Receitas Correntes, destaca-se o excesso de arrecadação das Receitas de Contribuições, superando em 779,83% o valor da Previsão Inicial.

**9. Balanço Orçamentário – RECEITAS DE CAPITAL:**

- a) Da Previsão Inicial e Atualizada de R\$ 1.410.209.440,00, foi arrecadado apenas o correspondente a 1,07% (R\$ 15.091.453,79).

**10. Balanço Orçamentário – DOTAÇÃO:**

- a) Nas Despesas, todos os grupos sofreram alteração em relação à Dotação Inicial constante da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2018, exceto os grupos "Inversões Financeiras" e "Reserva de Contingências".
- b) Foram empenhadas despesas, no montante de R\$ 16,0 bilhões, das quais foram liquidadas (2º estágio da despesa) R\$ 13,5 bilhões (84,31), sendo que as que tiveram o maior percentual de liquidação foram as Despesas Correntes (67%), com destaque para as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (82,92%).
- c) Do total das despesas liquidadas, 96,04% foram pagas.

**11. BO – Restos a Pagar Processados e Não Processados:**

Foi inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 1.754.461.607,75, sendo: R\$ 272.251.745,68 Processados e R\$ 1.482.209.862,07 Não Processados, equivalentes a 15,52% e 84,48%, respectivamente, do total inscrito:

Restos a Pagar Processados				R\$ Mil
Unidade Orçamentária	Inscrito	Cancelado	Pago	A pagar
MAPA (22101)	234.397	8.671	128.738	96.988
Embrapa (22202)	9.945	159	7.110	2.676
Conab (22211)	24.561	948	21.157	2.455
Funcafé (22906)	3.349	243	3.106	-
<b>Total</b>	<b>272.252</b>	<b>10.022</b>	<b>160.111</b>	<b>102.119</b>

Restos a Pagar Não Processados				R\$ Mil
Unidade Orçamentária	Inscrito	Cancelado	Pago	A pagar
MAPA (22101)	1.249.104	132.977	578.164	537.964
Embrapa (22202)	169.980	7.648	109.160	53.173
Conab (22211)	60.951	18.215	35.262	7.475
Funcafé (22906)	2.175	134	1.879	161
<b>Total</b>	<b>1.482.210</b>	<b>158.974</b>	<b>724.464</b>	<b>598.772</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.754.462</b>	<b>168.996</b>	<b>884.575</b>	<b>700.891</b>

**12. Balanço Orçamentário – ANÁLISES DOS QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (conforme MCASP):**

- a) Quociente do Equilíbrio Orçamentário  $\rightarrow \frac{\text{Prev.Inic.da Receita}}{\text{Dotação Inicial da Despesa}} \rightarrow \frac{7.181.044.169,00}{17.069.568.430,00} = 42,06\%$
- Este quociente indica que a previsão inicial das receitas do Mapa alcançou pouco menos da metade das despesas fixadas inicialmente para este órgão;
- b) Quociente de Execução da Receita  $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Previsão Atualizada da Receita}} \rightarrow \frac{4.426.475.967,32}{7.181.044.169,00} = 61,64\%$



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

A receita efetivamente arrecada do Ministério da Agricultura alcançou cerca de 61,64% de sua receita inicialmente prevista e atualizada, indicando que o Ministério da Agricultura arrecadou menos receitas do que as que foram previstas no Orçamento.

c) Quociente de Execução da Despesa  $\rightarrow \frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Dotação Atualizada da Despesa}} \rightarrow \frac{16.087.140.914,89}{17.485.627.624,00} = 92,00\%$

Houve economia na despesa executada pelo MAPA, posto que esta alcançou 92,00% do total das despesas fixadas no orçamento.

d) Quociente do Resultado Orçamentário  $\rightarrow 4.426.475.967,32 - 16.087.140.914,89 = 11.660.664.947,57$

A diferença entre Receita Realizada e Despesa Empenhada culminou em **R\$ 11.660.664.947,57 (onze bilhões, seiscentos e sessenta milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)**, o qual corresponde ao montante do déficit orçamentário do Mapa, uma vez que a Despesa Empenhada superou a Receita Realizada nesta quantia;

e) Quociente de Execução Orçamentária Corrente  $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada Corrente}}{\text{Despesa Empenhada Corrente}} \rightarrow \frac{989.713.801,14}{9.555.954.917,55} = 10,35\%$

A Receita Realizada corrente alcançou apenas 10,35% das despesas empenhadas correntes;

f) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária  $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Paga}} \rightarrow \frac{4.426.475.967,32}{13.025.445.427,38} = 33,98\%$

**13. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA - TAXAS:**

- a) Houve variação a menor de R\$ 7.041 mil (equivalente a 39,46%) no total das taxas arrecadadas pelo MAPA, decorrente da ausência de arrecadação, no ano de 2018, da receita de taxas de prestação de serviços de aquicultura e pesca. Tal receita era arrecadada pela antiga Secretaria de Aquicultura e Pesca do MAPA, a qual deixou de integrar a estrutura deste Ministério em 2018 e passou a integrar o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

**14. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:**

- a) Houve redução de R\$ 30.204 mil (equivalente a 11,76%) em outras contribuições sociais do MAPA, decorrente da diminuição, em 2018, da receita decorrente de Contribuição da Previdência Social - GPS sobre a folha de salários pagos por pessoas jurídicas ou cooperativas que exerçam atividades rurais.

**15. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO:**

- a) Houve diminuição de R\$ 77 mil (equivalente a 13,75%), devido à diminuição, em 2018, da contribuição pelas entidades turfísticas à comissão coordenadora da criação do cavalo nacional.

**16. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VENDAS DE MERCADORIAS:**

- a) Houve diminuição de R\$ 180.130 mil (equivalente a 40,10%), devido principalmente à empresa CONAB, cuja variação foi de R\$ 184.423 mil (41,65%).

**17. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VENDAS DE PRODUTOS:**

- a) Houve variação a maior de R\$ 118 mil (equivalente a 101,12%), ocorre que no órgão CONAB havia saldo negativo de R\$ 10.694.816,49 devido a erro de classificação da dedução do ICMS de vendas de mercadorias, a qual foi registrada em ICMS de vendas de produtos em 2017.
- b) No órgão EMBRAPA, houve aumento de R\$ 69.100,43 (equivalente a 139,16%) decorrentes das vendas de vinhos e derivados.

**18. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS:**

- a) Houve variação a menor de R\$ 67.802 mil (equivalente a 25,77%), devido à arrecadação de recursos aplicados nos recursos emprestados pelo órgão Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE, juros por empréstimos concedidos, serem menores no quarto trimestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017.

**19. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – JUROS E ENCARGOS DE MORA:**

- a) Houve variação a menor de R\$ 48.997 mil (equivalente a 87,34%), devido a atualizações de saldo devedor de empresas inadimplentes por compras de café em leilão dos estoques governamentais do órgão Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE ocorridos em 2017.

**20. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VARIÁÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS:**

- a) Houve aumento de R\$ 6.732 mil (equivalente a 151,48%), devido principalmente à empresa Embrapa, referente à atualização dos valores registrados em bancos oficiais no exterior.

**21. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS**

- a) Houve variação a maior de R\$ 1.435 mil (equivalente a 149,83%), devido à empresa Embrapa, referente às transferências recebidas a título de recursos de convênios registrados principalmente nas unidades gestoras do mesmo órgão: CPATUR, CPAO, CNPSO e CNPAT.

**22. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS**



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Houve variação a maior de R\$ 96 mil (equivalente a 14,19%), devido principalmente à empresa Embrapa, referente às transferências a títulos de convênios, registrados nas unidades gestoras: CPAF – Rondônia, CPATSA, CNPDIA e CPAC; recebidos do Banco da Amazônia S.A., Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco e Fundação Banco do Brasil.

**23. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR:**

- a) Houve aumento de R\$ 627 mil (equivalente a 100%), devido à empresa Embrapa, referente a entrada de recursos proveniente de conta bancária mantida na agência do Banco do Brasil em Nova York.

**24. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:**

- a) Houve variação a menor de R\$ 1.615.359 mil (equivalente a 77,03%), devido às transferências de imóveis de uso especial no SPIUNET, ocorridos até o quarto trimestre de 2017, no órgão MAPA.

**25. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – REAVALIAÇÃO DE ATIVOS:**

- a) Houve aumento de R\$ 32.486 mil (equivalente a 141,21%), devido às reavaliações de bens imóveis de uso especial no SPIUNET do órgão MAPA até o quarto trimestre de 2018.

**26. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – GANHOS COM ALIENAÇÃO:**

Houve variação a maior de R\$ 25.140 mil (equivalente a 4247,46%), devido principalmente à empresa CONAB, cuja variação foi de R\$ 28.784 mil (7830,37%), referente à venda de imóveis em 2018 nas Superintendências Regionais de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia.

**27. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – GANHOS COM A INCORPORAÇÃO DE ATIVOS**

- a) Houve aumento de R\$ 202.984 mil (equivalente a 37,58%), devido às empresas Embrapa e CONAB.  
b) Quanto a Embrapa, cujo aumento foi de R\$ 5.754 mil (6,44%), referente basicamente à transferências para a unidade gestora GFC-EFI de adiantamentos de férias registrados nas unidades; registro de valores em créditos a compensar de PIS e Cofins; e incorporação de bens recebidos de terceiros conforme previsto em convênios firmados.  
c) Quanto a CONAB, cuja variação a maior foi de R\$ 197.273 mil (43,77%).

**28. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:**

- a) Houve redução de R\$ 82.767 mil (equivalente a 6,76%), devido principalmente à empresa CONAB.

**29. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – A CLASSIFICAR**

- a) Houve variação a menor de R\$ 2.641 mil (equivalente a 18,93%), decorrente dos registros das receitas próprias arrecadadas via sistema da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que são registradas por meio de processo Batch denominado arrecadação decendial – fita 50, no órgão Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE.

**30. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES:**

- a) Variação a menor de R\$ 226 mil (equivalente a 34,56%) na empresa Embrapa, referente ao registro da equivalência patrimonial da empresa EMEPA, no valor de R\$ 263.425,95; considerando a participação da Embrapa no Capital Social daquela instituição. Os valores estão registrados na UG Embrapa/SGE-EFI.

**31. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA - REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES PARA PERDAS:**

- a) Houve um acréscimo de R\$ 52.548 mil (equivalente a 121,29%), decorrente do registro de reversão da provisão de riscos fiscais no valor de R\$ 95.871 mil, na unidade gestora Embrapa/SGE-EFI.

**32. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – PESSOAL E ENCARGOS:**

- a) Houve variação a menor de R\$ 52.511 mil (equivalente a 28,55%) em Outras Variações Patrimoniais Diminutivas de Pessoal e Encargos no quarto trimestre de 2018 em relação ao mesmo trimestre de 2017.  
b) Tal quantia foi menor no órgão MAPA de R\$ 2.081 mil (40,30%), a qual liquidou menos despesas com ressarcimento de salário de servidores requisitados ou cedidos de outros órgãos ou entes da federação em 2018.  
c) Na empresa CONAB, também a menor de R\$ 50.429 mil (28,21%), ocasionado principalmente pela redução do valor pago pelo Plano de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI) da CONAB. O PDVI iniciou em maio e junho de 2017 com pagamentos mensais aos participantes durante cinco anos. A cada ano há a redução de cinco pontos percentuais no valor pago.

**33. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – Depreciação, Amortização e Exaustão:**

- a) Houve redução de R\$ 19.844 mil (equivalente a 10,95%) no montante das Variações Patrimoniais Diminutivas de Depreciação, Amortização e Exaustão no quarto trimestre de 2018 em relação ao mesmo trimestre de 2017. Tal redução decorre significativa às transferências de bens imóveis do MAPA para a Secretaria de Aquicultura e Pesca - MDIC, ocorridos em 2018.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

**34. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – JUROS E ENCARGOS DE MORA:**

- a) Houve redução de R\$ 2.525 mil (equivalente a 22,06%), devido principalmente à empresa Embrapa.

**35. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS:**

Houve redução de R\$ 143.126 mil (equivalente a 97,75%) no montante das Variações Patrimoniais Diminutivas Monetárias e Cambiais. Tal redução significativa foi originada na Embrapa, decorrente do não registro em 2018 das atualizações sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC nesta conta, uma vez que as atualizações pela Selic passaram a ser registradas a partir de julho de 2017 na conta contábil "Outras VPDs Financeiras".

**36. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS:**

Houve variação a menor de R\$ 2.795 mil (equivalente a 30,43%) principalmente no órgão MAPA, referente a repasse para arrecadação da Guia da Previdência Social GPS que foram maiores no quarto trimestre de 2017 em comparação com o mesmo trimestre de 2018.

**37. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FIANCEIRAS:**

- a. Houve aumento de R\$ 25.364 mil (equivalente a 24,50%) na empresa Embrapa decorrente às atualizações pela Selic dos recursos recebidos do Tesouro Nacional a título de investimentos registrados na conta contábil Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital.

**38. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS:**

- a) Houve variação a menor de R\$ 533.688 mil (equivalente a 46,80%) principalmente no órgão MAPA, referente às transferências voluntárias de convênios para Estados e municípios que forma maiores em 2017.

**39. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS:**

- a) Houve redução de R\$ 42.394 mil (equivalente a 4,98%) devido, principalmente, ao órgão MAPA, referente às doações de imóveis de uso especial no SPIUNET para a Secretaria de Aquicultura e Pesca – MDIC, ocorridos em 2017.

**40. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO E VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTES P/ PERDAS:**

- a) Houve aumento de R\$ 40.731 mil (equivalente a 1807,19%), referente principalmente às empresas Embrapa e CONAB.  
b) Quanto a Embrapa, cujo aumento foi de R\$ 125 mil (6050,98%) devido o registro de R\$ 14 mil na UG Embrapa / SPM – Escritório do Triângulo Mineiro e de R\$ 108 mil na UG Embrapa / SGE-EFI, referente à contrapartida do lançamento efetuado na conta contábil Duplicatas e Títulos e Contencioso e Títulos e Valores Mobiliários.  
Quanto a CONAB, cuja variação foi de R\$ 40.565 mil (1801,43%).

**41. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – PERDAS COM ALIENAÇÃO:**

Houve variação a maior de R\$ 470 mil (equivalente a 16,34%) referente principalmente a empresa Embrapa, decorrente de registros das baixas de bens alienados que tiveram prejuízo contábil, conforme apuração.

**42. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – PERDAS INVOLUNTÁRIAS:**

Houve variação a menor de R\$ 5.921 mil (equivalente a 41,42%) devido principalmente à empresa CONAB, cuja redução foi de R\$ 9.186 mil (67,51%), referentes a perda de armazenagem em Mercado de Opções de Minas Gerais, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de Sergipe e desvio em armazenagens de Terceiros no Mercado de Opções de Goiás, ocorridos em 2017.

**43. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:**

Houve redução de R\$ 760.284 mil (equivalente a 43,50%) principalmente na empresa CONAB, cuja variação foi de R\$ 826.134 mil (47,44%).



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

## Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2018, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 425.282 (quatrocentos e vinte cinco milhões, duzentos e oitenta e dois mil reais), relacionados com fornecedores e contas a pagar.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

**Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

COMPOSIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017	R\$ mil AH (%)
<b>Circulante Curto Prazo</b>	<b>109.418</b>	<b>68.126</b>	<b>60,61%</b>
Nacionais	109.098	67.360	61,96%
Estrangeiros	320	766	-58,22%
<b>Não Circulante (Longo Prazo)</b>	<b>315.864</b>	<b>315.864</b>	<b>0%</b>
Nacionais	315.864	315.864	0%
<b>Total</b>	<b>425.282</b>	<b>383.990</b>	<b>10,75%</b>

Fonte: SIAFI 2017, 2018 Tesouro Gerencial.

Para os fornecedores e contas a pagar de curto prazo e longo prazo em 31/12/2018 os relevantes são os fornecedores nacionais de Longo Prazo os quais representam 74,27% do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se aos órgãos contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2018.

**Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.**

ÓRGÃO	31/12/2018	R\$ mil AV (%)
MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO	61.504	14,46%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	24.237	5,70%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	23.677	5,57%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	315.864	74,27%
<b>Total</b>	<b>425.282</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI 2018 e Tesouro Gerencial.

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 74,27% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos do Mapa saldos em aberto, na data base de 31/12/2018.

**Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.**

FORNECEDOR	31/12/2018	R\$ mil AV (%)
<b>0000000000191BANCO DO BRASIL SA</b>	<b>315.941</b>	<b>79,18%</b>
00360305000104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	56.124	14,06%
69034668000156 SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	12.097	3,03%
08097092000181 CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI	8.938	2,24%
07569161000220 G10 - TRANSPORTES LTDA	1.323	0,33%
03143181000101 CAST INFORMATICA S/A	1.125	0,28%
806030 SERPRO - SEDE - BRASILIA	1.015	0,25%
01670751000188 TAPUIA ARMAZENS GERAIS LTDA	909	0,23%
07924993000218 TURAMIX NUTRICA0 ANIMAL LTDA	843	0,21%
10434950000188 DEOXI BIOTECNOLOGIA LTDA	718	0,18%
<b>Total</b>	<b>399.033</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI 2018, Tesouro Gerencial

Em relação ao Fornecedor Banco do Brasil o valor do mesmo representa valor a Longo Prazo do FUNCAFE, o qual representa 79,18% dos valores mais expressivos.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Em relação aos fornecedores no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

**Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações.**

R\$ mil

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	315.864	31/12/2018
Caixa Econômica Federal	Contrato De Prestação De Serviços Que Entre Si celebram a União, por meio do Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Caixa Econômica Federal,	57.484	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017 Aditivo: 26/04/2018

Fontes: SIASG, SIAFI Órgão: 22905, Unidade Gestora 130137; Órgão: 22000, Unidade Gestora 420013, 2018.

O Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, - Banco do Brasil S/A - Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06., refere-se ao grupo Fornecedor e contas a pagar em Longo Prazo – Órgão 22905 registrado na unidade gestora do Funcafé.

Conforme publicação no DOU, em 26 de abril de 2018 do EXTRATO DE CONTRATO N° 1/2018, do órgão 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde a Caixa Econômica Federal celebra **Contrato de Prestação de Serviços** abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pelo Mapa. Processo SEI nº 21000.012272/2018-60.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

## Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2018, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuiu saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 2.256.985 (dois bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais), valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 31/12/2018.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI, consolidando as obrigações contratuais referente ao 4º Trimestre 2018, conforme abaixo:

**TABELA 01 – Obrigações Contratuais – Composição – Mapa.**

ITENS	R\$ mil		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Aluguéis	5.796	33.546	-82,72%
Fornecimento de Bens	92.458	67.244	37,50%
Empréstimos e Financiamentos	0	2.676.025	100,00%
Seguros	625.052	15.563	3.916,14%
Serviços	1.518.327	1.829.762	-17,02%
Demais	15.352	15.351	0,00%
<b>Total</b>	<b>2.256.985</b>	<b>4.637.493</b>	<b>-51,33%</b>

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Com base nas informações da tabela 01, temos que, as obrigações contratuais do Mapa apresentaram redução significativa no espaço de tempo mencionado, culminando em decréscimo principalmente nas rubricas de empréstimos e financiamentos e aluguéis.

Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as de Fornecimento de Bens representam 37,50% do total das obrigações assumidas pelo Ministério.

**TABELA 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.**

ÓRGÃO	R\$ mil	
	31/12/2018	AV (%)
Minist. da Agricul., Pecuária e Abastecimento	588.047	26,05%
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	309.273	13,70%
Companhia Nacional de Abastecimento	1.354.295	60,00%
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	5.369	0,24%
<b>Total</b>		<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A tabela 02 acima relacionando os órgãos subordinados contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2018, apresenta a CONAB com 60% do valor total das obrigações contratuais.

**Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Composição da Unidade CGEOF / CGRL**

	R\$ mil		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Aluguéis	380	28.540	-98,67%
Fornecimento de Bens	60.781	34.979	73,76%
Serviços	329.681	670.866	-50,86%
Demais	6.846	6.845	0%
<b>Total</b>	<b>397.688</b>	<b>741.231</b>	<b>-46,35%</b>

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A Unidade Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira, a qual agrega a parte patrimonial da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços, é responsável pela maioria dos contratos a executar do MAPA como Administração Direta, representando o valor de R\$ 397.688 mil reais do citado Órgão.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Do exame da tabela 03 os saldos das obrigações contratuais da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL do MAPA decresceram em termos de valores para a maioria das rubricas, sinalizando que houve apropriação de documentos hábeis de liquidação, baixando os saldos contábeis de contratos, assim como também houve a baixa parcial de saldos que não seriam mais movimentados.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 (dez) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2018:

**Tabela 04 – Obrigações Contratuais – Por Contratado da Unidade CGRL / CGEF**

CONTRATADO – SALDO A EXECUTAR	R\$ mil	
	31/12/2018	AV (%)
A – 34358432000271 LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA	45.326	23,85%
B – 01644731000132 CTIS TECNOLOGIA S.A	41.008	21,57%
C – 34358432000190 LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA	25.155	13,23%
D – 01645738000250 INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA	14.601	7,68%
E – 07275920000161 LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA	13.418	7,06%
F – 19877285000252 LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S/A	11.034	5,80%
G – 05340845000140 MBA - TECNOLOGIA LTDA	10.865	5,72%
H -08597377000181 SUPERNOVA SOLUCOES GRAFICAS E EDITORA LTDA	9.921	5,22%
I – 01017250000105 VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	9.746	5,13%
J – 34028316000707 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	9.001	4,74%
<b>Total</b>	<b>190.076</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Em relação aos contratados A, B, C, D e E, eles representam 73,40% das obrigações com contratos de serviços da Unidade.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

## Nota nº 003 - Provisões

Em 31/12/2018, o Mapa apresentou um saldo de R\$ 321.729 (trezentos e vinte e um milhões, setecentos e vinte e nove mil reais) relacionados a provisões de curto e longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 4º Trimestre 2018.

### Tabela 01 – Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017	R\$ mil
			AH (%)
Provisões a curto prazo	74.470	92.598	-19,58%
Provisões a longo prazo	247.259	227.216	8,82%
<b>Total</b>	<b>321.729</b>	<b>319.814</b>	<b>0,60%</b>

Fonte: SIAFI2017, 2018 e TesouroGerencial.

### Provisões a Curto Prazo

O item Provisões de Curto Prazo, do Passivo Circulante, é constituído principalmente por Provisões para Risco Trabalhista e para Indenizações Cíveis registrada na CONAB, no valor de R\$ 74.470 mil reais.

As provisões de curto prazo estão distribuídas por Órgão conforme a tabela a seguir.

### Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo por órgão

ÓRGÃO	31/12/2018	R\$ mil
		AV (%)
22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	74.470	100,00%
<b>Total</b>	<b>74.470</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI2018.

A Conab é responsável por 100% do total de provisões a curto prazo.

### Tabela 03 – Provisões de Curto Prazo – Composição.

	31/12/2018	31/12/2017	R\$ mil
			AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	61.035	66.869	-8,73%
Riscos Cíveis a Curto Prazo	13.435	25.728	-47,78%
<b>Total</b>	<b>74.470</b>	<b>92.597</b>	<b>-19,58%</b>

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e TesouroGerencial.

### Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo, do Passivo não Circulante, é constituído principalmente por provisões para Riscos de Indenizações Trabalhistas pela Embrapa e Conab no valor de R\$ 131.346.266,88.

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme a tabela a seguir.

### Tabela 05 – Provisões de Longo Prazo por órgão

	31/12/2018	R\$ mil
		AV (%)
22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária	244.043	98,70%
22211 - Companhia Nacional de Abastecimento	3.216	1,30%
<b>Total</b>	<b>131.346</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A Embrapa é responsável por 98,70% do total de provisões a longo prazo.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

**Tabela 06 – Provisões a Longo Prazo – Composição.**

	31/12/2018	31/12/2017	R\$ mil AH (%)
Conab – Riscos Fiscais	3.216	3.216	0%
Embrapa – Riscos Trabalhistas	244.043	224.000	-8,95%
<b>Total</b>	<b>247.259</b>	<b>227.216</b>	<b>8,82%</b>

Fonte: SIAFI2018, SIAFI2017 e Tesouro Gerencial.

A provisão para Indenizações Trabalhistas é a mais relevante dentre as de longo prazo. Em 31/12/2018 o saldo apresentado na conta foi de R\$ 244.043 mil reais, registrada pela Unidade Gestora **135037**, conforme a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica, conforme tabela a seguir:

<b>Natureza Trabalhista</b>	<b>Valor Estimado (R\$)</b>	<b>Descrição Sucinta dos Principais Objetos</b>
Prováveis	61.198.200	Ad. Insalubridade-peric/horas intinere/Equiparação Salarial/Reenquadramento Funcional/Categoria Profissional Especial Jornada de trabalho e outros

<b>Natureza Cível</b>	<b>Valor Estimado (R\$)</b>	<b>Descrição Sucinta dos Principais Objetos</b>
Prováveis	91.369.738	Apólice de Seguros/Processos Licitatórios/ Indenizações/ Anulação de ato Administrativo e outros

<b>Natureza Previdenciária</b>	<b>Valor Estimado (R\$)</b>	<b>Descrição Sucinta dos Principais Objetos</b>
Prováveis	41.713.661	Encargos Fiscais

<b>Natureza Tributária</b>	<b>Valor Estimado (R\$)</b>	<b>Descrição Sucinta dos Principais Objetos</b>
Prováveis	49.761.246	Anulação de débito fiscal/Cobrança de Imposto - IPTU

<b>Total</b>	<b>244.042.845</b>
--------------	--------------------



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

## Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), o qual é preservado para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de R\$ 4.368.573 (quatro bilhões, trezentos e sessenta e oito milhões e quinhentos e setenta e três mil reais) líquidos da depreciação e amortização e representou um decréscimo de (4,64%) em relação ao 4º trimestre/2017.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

**Tabela 01 – Imobilizado – Composição.**

			R\$ mil
<b>Imobilizado – Composição</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AH%</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>825.619</b>	<b>1.011.943</b>	<b>-18,41%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	1.751.468	1.851.810	-5,42%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(902.429)	(817.668)	10,37%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(23.420)	(22.198)	5,51%
<b>Bens Imóveis</b>	<b>3.542.954</b>	<b>3.569.304</b>	<b>-0,74%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	4.061.028	4.050.487	0,26%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(518.074)	(481.183)	7,67%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.368.573</b>	<b>4.581.248</b>	<b>-4,64%</b>

Fonte: SIAFI2018 e 2017.

### **Bens Móveis**

Os Bens Móveis em 31/12/2018 totalizavam em R\$ 825.619 (Oitocentos e vinte e cinco milhões e seiscentos e dezenove mil reais), líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 02 – Bens Móveis - Composição**

			R\$ mil
<b>Bens Móveis - Composição</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AH(%)</b>
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	830.127	885.997	-6,31%
Bens de Informática	334.925	333.421	0,45%
Móveis e Utensílios	204.940	203.921	0,50%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	29.552	29.354	0,67%
Veículos	309.015	351.692	-12,13%
Peças e Conjuntos de Reposição	0	-	-
Bens Móveis em Andamento	3.895	2.537	53,51%
Bens Móveis em Almoxarifado	122	1	18.538,76%
Armamentos	2	1	0%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	6.152	6.404	-3,93%
Demais Bens Móveis	32.739	38.482	-14,92%
Depreciação / Amortização Acumulada	(902.429)	(817.668)	10,37%
Redução ao Valor Recuperável	(23.420)	(22.198)	5,50%
<b>Total</b>	<b>825.619</b>	<b>1.011.944</b>	<b>-18,41%</b>

Fonte: SIAFI2018 e 2017.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Dos Bens Móveis registrados o valor de R\$ 15.219 (quinze milhões e duzentos e dezenove mil reais) no fechamento do balanço de 2017 refere-se a conta de Bens Não Localizados, relativos ao Patrimônio do extinto Ministério de Aquicultura e Pesca – MPA dentre os que não foram encontrados nas Superintendências Federais. E no final do 4º Trimestre/2018 o valor reduziu-se para R\$ 10.730.

A variação de (1,58%) ocorrida em Bens Não Localizados explica-se pela baixa desta conta com o consequente ingresso nas correspondentes contas de bens móveis, inclusive com a atualização da depreciação relativa ao bem localizado no Sistema de Controle Patrimonial, em função do Ofício de Requisição 39-462/2016, de 26 de janeiro de 2017 da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Diante disso gerou-se o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes.

### 1.1.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2018 totalizavam R\$ 3.542.954 (três bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões e novecentos e cinquenta e quatro mil reais), líquidos de depreciação/amortização e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 1 – Bens Imóveis – Composição.**

	R\$ mil		
Bens Imóveis – Composição	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	3.572.333	3.532.295	1,13%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	-	-	-
Bens Imóveis em Andamento	155.085	185.121	-16,22%
Instalações	92.408	91.825	0,63%
Demais Bens Imóveis	35.308	39.108	-9,72%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	205.894	202.137	1,86%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(518.074)	(481.182)	7,67%
<b>Total</b>	<b>3.542.954</b>	<b>3.569.304</b>	<b>-0,74%</b>

Fonte: SIAFI2018 e 2017.

De acordo com a tabela anterior, os BENS DE USO ESPECIAL correspondem a 87,97% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial, perfazendo o montante de R\$ 3.572.333 mil reais em 31/12/2018 a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL os quais consideram os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos conforme relação abaixo.

**Tabela 2 – Bens de Uso Especial – Composição**

	R\$ mil		
Bens de Uso Especial – Composição	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	190.756	191.139	-0,20%
Terrenos, Glebas	188.740	194.447	-2,94%
Aquartelamentos	-	-	-
Imóveis de Uso Educacional	542	542	0%
Edifícios	938.610	930.800	0,84%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.603.573	1.603.573	0%
Imóveis Residenciais e Comerciais	86.022	36.561	135,29%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	664	664	0%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	563.425	574.517	-1,93%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	-	-	-
Unidade/instalação de Aquicultura/P	-	52.032	-100%
<b>Total</b>	<b>3.573.333</b>	<b>3.532.295</b>	<b>1,13%</b>

Fonte: SIAFI2018 e 2017.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS		R\$ mil
ÓRGÃO	Valor em 31/12/2018	Valor em 31/12/2017
MAPA-Adm. Direta	1.267	1.267
CONAB	28.528	28.675
<b>Total</b>	<b>29.795</b>	<b>29.942</b>

COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS		R\$ mil
ÓRGÃO	Valor em 31/12/2018	Valor em 31/12/2017
MAPA-Adm. Direta	54	54
Embrapa	8.100	7.516
CONAB	3	3
<b>Total</b>	<b>8.158</b>	<b>7.574</b>

MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS		R\$ mil
ÓRGÃO	Valor em 31/12/2018	Valor em 31/12/2017
MAPA-Adm. Direta	13.027	13.026.543,58
Embrapa	-	-
CONAB	510.495	830.851
<b>Total</b>	<b>523.521</b>	<b>843.878</b>

**(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Em níveis do MAPA não foi vislumbrado as reavaliações e reduções ao valor recuperável dos bens por conta contábil anteriores ao ano de 2010, tendo em vista que o Gestor do principal Sistema de Controle Patrimonial, o ASI da Link data S/A, que englobam as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Nacional Agropecuário, não se manifestou em nenhum momento, mesmo mediante várias tentativas documentais por Notas Técnicas emitidas pela Setorial Contábil, exceto o **Laboratório Nacional Agropecuário do Pará**, que firmou **contrato nº 11/2017** com a empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A**, inscrita no CNPJ nº 24.936.973/0001-03, para realizar a prestação de serviços especializados na instalação e configuração no ambiente tecnológico dos dados e informações do LANAGRO/PA subsidiando os serviços de saneamento físico e reavaliação de bens, bem como a atualização dos dados. Portanto foram registrados no mês de junho as reavaliações e a redução ao valor recuperável, baseado no processo SEI nº 21003.000660/2018-78.

O Gestor do Sistema de Controle Patrimonial da CEPLAC, também não se manifestou quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

O Gestor do Sistema de Controle Patrimonial do INMET e seus Distritos Meteorológicos providenciou ao registro da conta de REDUCAO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO, conforme abaixo, porém não apresentou nenhuma informação de como foi embasado tais registros:

R\$ mil	
UNIDADE GESTORA	VALOR R\$
INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA	14.929
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE RECIFE	802
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE SALVADOR	576
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELO HORIZONTE	1.521
DISTRITO DE METEOROLOGIA DO RIO DE JANEIRO	1.892
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE MANAUS	1.001
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELEM	1.475
LABORATORIO NACINAL AGROCECUARIO DO PARA	1.225
<b>TOTAL</b>	<b>23.420</b>



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

#### (a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

#### (a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

- A) A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.
- B) O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A** e **Processo Sei nº 21003.000660/2018-78** no valor de **R\$ 1.224.973,65**, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.
- C) A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN ([www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br)).

#### (a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

#### (a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

**Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado**

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

**Ajustes de Exercícios Anteriores**

			R\$ mil
Órgão	NL - Classificação Contábil 1	NS - Classificação Contábil 1	Movimento R\$ (Conta Contábil)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO		123110101	720
		123110102	-12.192
		123110103	-12.295
		123110104	-12.192
		123110105	-12.197
		123110106	-12.197
		123110107	-1.661
		123110108	-1.661
		123110109	-1.661
		123110120	-1.661
		123110121	-1.661
		123110125	722
		123110201	-1.629
		123110301	-1.655
		123110302	-1.661
		123110303	-1.655
		123110402	-2
		123110403	-1
		123110405	-1.646
		123110406	-0
		123110501	12
		123110503	-136
		123119909	-19
	123119910	-131	
	123810100	35.719	
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA		123110101	-1
		123110103	-171
		123110107	-0
		123110120	40
		123110121	-7
		123110201	-4
		123110301	-4
		123111000	-148
		123810100	1.888
		123110101	65
		123110103	-78
		123110105	1
		123110106	185
		123110107	1.522
		123110108	1.379
		123110121	1
		123110125	0
		123110201	21
		123110301	370
		123110302	185
		123110303	18
		123110405	12
		123110503	256
	123110702	421	
	123111000	-25	
	123119909	55	

Fonte: Tesouro Gerencial

(34.759,32)



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

## Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No Mapa não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o Mapa até a presente data não procedeu o teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.**

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2018, o Mapa apresentou um saldo de R\$ 20.220 (vinte milhões, duzentos e vinte mil reais) relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 e 2017.

**Tabela 3 – Intangível – Composição.**

	R\$ mil		
<b>Intangível – Composição</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AH(%)</b>
Software com Vida Útil Definida	57.274	53.153	7,75%
Software com Vida Útil Indefinida	1.625	462	251,67%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	377	-99,96%
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(40.136)	(29.075)	38,04%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	1.457	1.457	0%
<b>Total</b>	<b>20.220</b>	<b>26.374</b>	<b>-23,33%</b>

Fonte: SIAFI / TG, 2017 e 2018.

As adições e baixas efetuadas até o 4º Trimestre/2018, foram:

<b>Órgão</b>	<b>Conta Contábil</b>	R\$ mil	
		<b>ADIÇÕES</b>	<b>BAIXAS</b>
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	124110101 = SOFTWARES	24.757	-
	124110102 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	-	-
	124110201 = SOFTWARES	1.249	-
	124110202 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	375	-
	124119900 = SOFTWARES NAO LOCALIZADOS	1.457	-
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	124110101 = SOFTWARES	59.342	29.831
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	124110101 = SOFTWARES	3.328	322
		90.510	30.153

Fonte: Tesouro Gerencial



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

**Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment**

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Mas o Mapa não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (**impairment**) dos ativos.

**Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível**

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

		<b>R\$ mil</b>
<b>Órgão UGE</b>	<b>NS - Classificação Contábil 1</b>	<b>Movimento R\$ (Conta Contábil)</b>
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	124810100	(1.719,68)
	124110101	43,48
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	124210103	1,29
	124810100	2,97
		(1.671,94)



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

## Nota nº 006 – Investimentos

Os investimentos no MAPA são compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

### Participações Permanentes

**Tabela nº 1 – Investimentos – Composição**

	31/12/2018	31/12/2017	R\$ mil AH (%)
Participações Permanentes	36.325	43.977	%
Propriedades para Investimento	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	1.624	1.682	%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(790)	(7.812)	%
<b>Total</b>	<b>37.160</b>	<b>37.847</b>	<b>%</b>

Fonte: SIAFI2017 e 2018.

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social e no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/95, conforme legislação pertinente.

Em novembro as 1.517.727,05 cotas (Certificado de Investimento CI-FND nº 068A), do valor existente em 31 de dezembro de 2017, ocorreu devido ao recebimento do valor de R\$ 1.463.439,10 relativo ao recebimento de cotas do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento, conforme Termo de Quitação nº 012/2018 anexo ao SEI 21148.006365/2018-81.

Os investimentos na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB e na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em razão de a Embrapa ser titular de mais de 20% do capital votante dessas empresas, sem controlá-las. Cabem destacar os seguintes fatos:

**Tabela 1 – Participações Permanentes – Composição por investimento**

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento (R\$ milhares)	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2017	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2017
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA (1)	Agricultura	631.059,00	7,74	0,00	0,00
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	Agricultura	1.693.906,20	45,00	3.764.236	585.391
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5.279.722,00	4,74	-18.727.801	7.020.889
- Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER/MT	Agricultura	150.661,00	0,43	7.224.112.017	-23.376.353.004
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	2.392,90	0,01	53.597.738,68	619.700,81
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	726.984,37	49,00	-3.019.725	(1.278.278)

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das empresas, (1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação..



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

**Tabela 2 – Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes**  
**Embrapa**

Entidade	Saldo em 31/12/2017	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/12/2018.
EMEPA/PB	1.430.480,25	-	263.425,95	-	-	1.693.906,20
EMPARN	726.984,37	-	-	-	-	726.984,37
<b>Total</b>	<b>2.157.464,62</b>	<b>-</b>	<b>263.425,95</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.420.890,57</b>

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas. \*Valores não consolidados

A equivalência patrimonial da EMEPA/PB, foi registrada com base no balanço apurado em 31/12/2017, em 2017, foi realizado o registro de R\$ 263.425,95, para fins de atualização do valor da participação da Embrapa nesta empresa, referente ao lucro apresentado no ano de 2017.

A EMPARN, apresentou um prejuízo de R\$ 1.278.278 em 2017, a empresa permaneceu com patrimônio líquido negativo no valor de R\$ 3.019.725. Portanto, em 2018, permaneceu o registro da participação acionária e da provisão para perdas prováveis no valor de R\$ 726.984,37.

**Demais Investimentos**

Os demais investimentos representam 5,22% no valor de 427.637,30, são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVSPA. A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição:

**Tabela 4 - Composição das ações investimento**

Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	UG Responsável
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	23,87	569,60	BB	135046
OI S/A	4.545	ON	2,25	5.772,15	BB	135046
OI S/A	3.289	PN	2,01	4.144,14	BB	135046
CONTAX	200	EO	4,16	900,00	Itaú	135046
CONTAX	200	EP	0,01	10,00	Itaú	135046
EMBRATEL	271.569	EO	0,01	2,71	Itaú	135046
EMBRATEL	1.429.772	EO	0,01	14,29	Itaú	135046
EMBRATEL	1.121.542	EP	0,01	11,21	Itaú	135046
TELEFONICA BRASIL	187	PN	39,2	8.523,46	Bradesco	135032
TELEFONICA BRASIL	137	PN	39,2	6.244,46	Bradesco	135033
TELEFONICA BRASIL	125	PN	39,2	5.697,50	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	18	PN	39,2	820,44	Bradesco	135035
TELEFONICA BRASIL	12	ON	36,3	486,48	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	11,73	605,28	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	11,73	3.631,68	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	36,3	119.268,68	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	39,2	161.672,26	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	11,73	54.882,60	Bradesco	135046
TELEBRAS	142	ON	28,04	3.993,04	Bradesco	135046
TELEBRAS	112	PN	21,55	2.296,00	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	554	ON	36,3	22.459,16	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	11,73	6.087,72	Bradesco	135046
TELEBRAS	27	ON	28,04	759,24	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	208	PN	39,2	9.480,64	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	11,73	7.752,24	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	11,73	1.210,56	Bradesco	135046
CPFL ENERGIA S/A	12	ON	23,87	341,76	Bradesco	135046
<b>Total</b>				<b>427.637,30</b>		

Fonte: EMBRAPA



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

**4 - Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes**

**CONAB**

EMPRESA	Saldo em 31/dez/2017	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/12/2018
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA	838.268,33	-	-	-	-	838.268,33
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	0,00	-	-	-	-	3.856,16
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLV	69.074,55	-	-	-	-	69.074,55
SANYO DA AMAZONIA, INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELE	840,02	-	-	-	-	0,00
BANCO DA AMAZONIA SA	137.559,31	-	-	-	-	137.559,31
RIBEIRO CORDEIRO INDUSTRIA E COMERCIO S A	334.135,09	-	-	-	-	334.135,09
FRIGORIFICO VALE DO TOCANTINS S A	232.646,57	-	-	-	-	232.646,57
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	81.444,72	-	-	-	-	81.444,72
VICUNHA TEXTIL S/A.	1.720,50	-	-	-	-	1.720,50
AGRICOLA VALE DO MANGEREBÁ LTDA	35.304,54	-	-	-	-	35.304,54
PRIMEINVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A	0,00	-	-	-	-	70.161,00
CICANORTE INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICIAS S/A	8.411,24	-	-	-	-	8.411,24
COMPANHIA DE COCOS DO NORDESTE	4.906,60	-	-	-	-	0,00
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO EST DE MG CASEMG	13.791.215,87	-	-	-	-	13.791.215,87
COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTIC AGROINDUSTRIAL BRASAGRO	13.441,19	-	-	-	-	13.441,19
COMPANHIA MATERIAIS SULFUROSOS MATSULFUR	12.584,40	-	-	-	-	0,00
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITO SANTO S/A	840,02	-	-	-	-	840,02
LOGASA INDUSTRIA E COMERCIO S A	39.947,25	-	-	-	-	39.947,25
MORADA DO SOL PARTICIPACOES S/A	34.694,02	-	-	-	-	34.694,02
LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.	0,00	-	-	-	-	12.584,40
CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPÓSTOS E ARMAZENS GERAIS DE	962.333,73	-	-	-	-	962.333,73
ALGAR TELECOM S/A	0,00	-	-	-	-	48.568,00
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	840,03	-	-	-	-	840,03
CIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DO PARANA CODAPAR	2.918.437,66	-	-	-	-	2.918.437,66
MULTILOG S/A	0,00	-	-	-	-	11.163,26
COMFIO COMPANHIA CATARINENSE DE FIACAO	4.555,46	-	-	-	-	4.555,46
PBG S/A	0,00	-	-	-	-	4.449,15
REFINADORA CATARINENSE SA	16.513,39	-	-	-	-	16.513,39
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS	8.214.743,55	-	-	-	-	8.214.743,55
<b>TOTAL</b>	<b>27.754.458,04</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.886.908,99</b>

Fonte: CONAB

**Propriedades para Investimento**

No âmbito do MAPA não há propriedades para investimento neste trimestre.